

DEUSES COMO IDEIAS: UMA ANÁLISE DE DEUSES AMERICANOS SOB A PERSPECTIVA DELEUZIANA

Marcelle Fonseca Belfort*

Leonardo Maia**

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a concepção de Deuses como Ideias, apresentada por Gaiman em seu romance *Deuses Americanos*, sob a proposta de Deleuze sobre a criação de ideias. Para tal, este texto aborda a crítica de Nietzsche, retomada por Deleuze, ao modelo de representação platônico e suas consequências para a maneira de se pensar epistemologia. Após isso, são explicitadas as similaridades das propostas de produção de ideias em Deleuze e da criação de Deuses em *Deuses Americanos*, ilustrando a possibilidade de abordar temáticas religiosas sob uma perspectiva criadora.

PALAVRAS-CHAVE: Deuses americanos; epistemologia; Gilles Deleuze; Neil Gaiman.

GODS AS IDEAS: AN ANALYSIS OF *AMERICAN GODS* FROM A DELEUZIAN'S PERSPECTIVE

ABSTRACT: The goal of this paper is to discuss the concept of Gods as Ideas, presented in the romance *American Gods*, by Neil Gaiman, under the perspective of Deleuze's theory of creation of ideas. To do so, the text uses the criticism of the Platonic's representational model, made by Nietzsche and followed-up by Deleuze, as a way to think epistemology. Then, the similarities between Deleuze's theory and *American Gods* are presented, pointing out the possibility of discussing religious themes in a creative perspective.

KEYWORDS: American Gods; epistemology; Gilles Deleuze; Neil Gaiman.

* Mestranda em Filosofia Estética pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ. Bolsista de dedicação exclusiva nota 10 FAPERJ. E-mail: marcellefbelfort@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4448-0352>

** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Filosofia pela PUC-Rio.
E-mail: leomaiabm@gmail.com
ORCID: 0000-0002-2080-9259.

INTRODUÇÃO

O principal impacto pedagógico das histórias contemporâneas de super-heróis e heroínas talvez tenha a ver com o que poderíamos denominar o seu *efeito cultural*. Em última análise, esse já não seria, como certas interpretações vinculadas à noção da cultura de massas tenderam a apontar, o da acriticidade, nem tampouco o do mero entretenimento. Há um saldo mais importante, que se fixa para além dos socos, chutes e gritos de guerra:

- a) estabelece-se uma certa relação especular que não necessariamente se dá de forma direta com as personagens heroicas, mas se configura antes em relação a um elemento genérico, talvez um sentimento ou sensação: o ‘reflexo’ – sobre o leitor, o espectador - se configura, assim, em relação à percepção de que há algo de errado no mundo (um erro tão grande e monstruoso que só superpoderes poderão detê-lo...);
- b) o segundo aspecto é um posicionamento ‘ético’, que não necessariamente envolve a caracterização moralizante ou um posicionamento acerca de bem e mal, mas a necessidade de uma decisão, e sobretudo uma ação. É preciso fazer algo! Impõe-se então um império da ação (aqui há, sem dúvida, algum elemento de convergência com a épica antiga);
- c) por fim, esse ethos da decisão e da ação se resolve, por assim dizer, em um eventual ‘aprendizado’, que por sua vez revelaria o caráter crítico ou problemático disso que emerge como ‘resultado’ (e que não é o Bem, a Justiça...) Fixa-se, paradoxalmente ao final da gesta heroica, o aberto épico-crítico que marca os ‘supers’ contemporâneos. A luta não é tanto pela Verdade, ou pelo Certo, como pelo Aberto, ou por uma interrupção do conflito infinito que libere, de novo, parte (ou o todo) do nosso mundo, que feito refém. Sobrevêm, à ação, as perguntas. Em que esses heróis de fato acreditam, qual a sua função em um mundo humano, qual a sua efetiva relação com os homens e demais super-homens nesse mundo? Qual a ontologia, e a super-ontologia, qual a antropologia, e a super-antropologia, dessa convivência sem conversões?

São tantas as interrogações que emanam ao cabo dessa jornada heroica que a impressão final dessas novas histórias não é a de que o Bem venceu o Mal, ou de que a Justiça foi feita (o que seria, então, impossível), mas sim, paradoxalmente, a de que algo talvez falte. Mas o que? Uma condição de humanidade impreenchida, vazia (uma vez que a humanidade afinal reivindica os próprios ‘supers’, para além de si mesma)? O nonsense último da condição de ‘super’, para sempre apartada do convívio comum (mas então em nome do que agem tais super-heróis)?

Parecem-nos muito evidentes as implicações desse tipo de questão para uma Filosofia da educação, e mesmo para a Educação enquanto tal. Nesse texto, nos dedicaremos a traçar alguns aspectos mais claramente filosóficos de uma obra maior do universo das histórias em quadrinhos, para então tentar apontar alguns possíveis desdobramentos pedagógicos. Uma das obras exemplares para a caracterização

de todos esses caminhos cruzados, de toda essa inquietação e apreensão que afinal emerge do mundo dos ‘supers’ é Deuses Americanos, de Neil Gaiman. Nela, as questões de Gaiman se sucedem, quase como em uma obra filosófica. Quase?

Deuses Americanos é um romance de Neil Gaiman publicado em 2001 no Reino Unido e 2009 no Brasil. Em 2017, ganhou uma adaptação para streaming na Amazon Prime (em série dirigida por Bryan Fuller e Michael Green), além da trilogia de HQ (P. Craig Russell, Scott Hampton) que ainda está em andamento. A obra apresenta os deuses como ideias: criados pelos humanos, dependem da crença dos mesmos para continuar a existir. Tal premissa coloca em questão diversos pontos tradicionais da abordagem mitológica, como a questão da fé, da credibilidade e da transcendência divina, ao mostrar deuses que, ao mesmo tempo em que têm poder de influência sobre as pessoas, também estão submetidos às mudanças históricas e aos acontecimentos da vida. O romance de Gaiman, ao apresentar os deuses como ideias, demonstra uma nova forma de lidar com as figuras mitológicas e as diversas questões religiosas que as envolvem. Nesse contexto, são apresentadas diversas similaridades com a proposta nietzsche-deleuziana de criação. Entendemos que há paralelos interessantes entre elas e a ‘filosofia’ de Gaiman.

Esse artigo tem, então, como objetivo explorar tais similaridades, propondo uma reflexão sobre as consequências de tal convergência.

Temos, no caso de Deuses Americanos, uma obra de ficção que apresenta a realidade como uma construção simbólica, que só adquire valor na medida em que ela passa a ser coletiva. A figura dos deuses, tal como apresentada na obra, remete ao conceito de crença como a capacidade de confiar num conteúdo abstrato como verdadeiro, seja ele deuses, ou até mesmo realidades mais prosaicas ou práticas, como dinheiro ou tecnologia. Tal representação dos deuses responde diretamente a um conjunto de problemas, ideias e valores de determinado povo, época e contexto, de forma que, ou passam por adaptações no decorrer das mudanças históricas, ou são esquecidos.

Dessa forma, a proposta do romance de Gaiman não deixa de ser, de certo modo, a exploração da história dos Estados Unidos através de seus símbolos e valores, mas ao mesmo tempo, algo que, no seio dela, vai além. A obra ilustra como tais valores podem influenciar a simbologia da atualidade, no entanto, o contexto de constante transformação dificulta a consolidação desses símbolos, que estão sempre sob o risco de se perderem ou se tornarem irreconhecíveis.

As principais teses filosóficas que vão se definindo ou montando, ao longo da obra, ligam-se, em particular, aos conceitos – ou talvez à experiência - de Crença e Secularização. Ao menos desde Emerson (GIUMBELLI, 2014), o conceito de crença é um termo decisivo para o pensamento americano, ainda que em Emerson ele defina até mais um impulso, uma espécie de compromisso que poderíamos talvez chamar de cósmico, do que propriamente uma condição espiritual, uma valorização da espiritualidade, se entendemos essa com função ou orientação religiosas.

Mesmo pela influência de Emerson sobre o pensamento contemporâneo, esses elementos entram em consonância com as teses de Nietzsche e Deleuze, em especial no que tange à criação de ideias.

A célebre frase de Nietzsche “Deus está morto”, anunciada no aforismo 125 de *A Gaia Ciência* (2001), aborda a relação de ruptura do homem moderno com a autoridade de Deus e da Igreja, característica do processo de secularização da nossa época. Segundo o filósofo, o papel de Deus como norteador da vida humana foi substituído pela ideia de autoridade do homem através de sua faculdade da razão. Todavia, o conceito de razão também apresenta influências de fatores morais e metafísicos que devem ser abandonados. É nesse sentido que a crítica de Nietzsche se torna mais radical, se estendendo para áreas como a Ciência e as concepções utilizadas amplamente na filosofia, como a própria noção de verdade por correspondência.

Gilles Deleuze desdobra a orientação da crítica nietzschiana: em seus trabalhos, explora tanto a crítica à História da Filosofia quanto a importância que Nietzsche dá à Arte e à Criação. No texto *Platão e o Simulacro* (2000) aborda (e abandona) o modelo representacional do pensamento, buscando estabelecer uma nova proposta de como pensar e criar. Dentro desse contexto, pode-se pensar que assuntos como Fé e Religião perdem completamente o seu significado.

CRÍTICA AO MODELO PLATÔNICO

Em Nietzsche, o conceito de “Deus” judaico-cristão está intimamente ligado ao de “vontade de certeza”, relacionando-se ao arquétipo do ressentido. Tal arquétipo tem por característica a negação de tudo aquilo que mantém relação com o incerto e o desconhecido, devido a possibilidade de dor e dano que possa trazer consigo. Isso, por sua vez, gera uma hierarquia que assume, com valor positivo, tudo aquilo que é associado a previsibilidade e clareza, enquanto os aspectos considerados opostos são marginalizados.

Nesse sentido, o discurso nietzschiano sobre a morte de Deus aborda a questão do fim da fundamentação metafísica presente no movimento de secularização da era Moderna no Ocidente, que é fortemente influenciada pelo modelo platônico de pensamento. Tal modelo propõe que uma realidade metafísica originária explique e fundamente a realidade humana, que é material. Tal expressão aborda o quão profunda é essa mudança secular, visto que o abandono da imagem de Deus não é suficiente; a proposta de Nietzsche é mais radical e passa por um revisionismo crítico do conhecimento como um todo, criticando a História da Filosofia, a Ciência e até mesmo a Arte, do qual tende a se reaproximar depois.

Fortemente influenciado por tal crítica nietzschiana, um dos aspectos mais importantes e constantes no trabalho de Deleuze é a questão do pensamento e do conhecimento. Segundo o filósofo, há uma concepção do pensamento, chamado de dogmático, que persiste na História da Filosofia, sendo

Nietzsche seu principal crítico. Esse modelo procede por criar uma relação entre pensamento-exterioridade e de exterioridade-necessidade, de tal forma que aquilo que se pensa independe do sujeito pensante. Nesse sentido, o conteúdo do pensamento tem, para além de caráter revelatório (de algo que se faz ver), a característica de ser correspondente a uma verdade única e essencial.

Em *Platão e o Simulacro*, Deleuze atribui a Platão e sua teoria das Ideias, a definição de um critério de avaliação que escolhe e confere valor às coisas a partir do modelo. “Trata-se de fazer a diferença. Distinguir a “coisa” mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro”¹. Isso, segundo Deleuze, está para além da pretensão de determinar espécies de um gênero, mas sim de atribuir valores a pretendentes entre verdadeiros e falsos, montando assim uma hierarquia:

O platonismo é a Odisséia filosófica; a dialética platônica não é uma dialética da contradição nem da contrariedade, mas uma dialética da rivalidade (*amphisbetesis*), uma dialética dos rivais ou dos pretendentes. A essência da divisão não aparece em largura, na determinação das espécies de um gênero, mas em profundidade, na seleção da linhagem. Filtrar as pretensões, distinguir o verdadeiro pretendente dos falsos (DELEUZE, 2015. p 260).

Para definir tal modelo e prosseguir com o método da divisão, Platão faz uso do Mito enquanto narrativa de fundação. É segundo o grau correspondência com esse mito, seu fundamento, que um pretendente recebe a atribuição de valor e, conseqüentemente, status de autenticidade.

É o pretendente que faz apelo a um fundamento e cuja pretensão se acha bem fundada ou mal fundada, não fundada. (...) O fundamento é o que possui alguma coisa em primeiro lugar, mas que lhe dá a participar, que lhe dá ao pretendente, possuidor em segundo lugar, na medida em que soube passar pela prova do fundamento. O participado é o que o imparticipável possui em primeiro lugar. O imparticipável dá a participar, ele dá o participado aos participantes: a justiça, a qualidade de justo, os justos. (DELEUZE, 2015. p 261).

Como explica Deleuze, o modelo platônico, para além de diferenciar e hierarquizar o que é verdadeiro e falso, implica também que o modelo originário nunca se manifeste em sua total potência, em outras palavras, o modelo originário é intangível, mas se faz presente através da essência que aparece enquanto qualidade nas coisas imanentes, e é a partir dessa qualidade que recebem o status de ideia autenticada ou não - é o caso da idéia tradicional de Deus como figura originária, e dos humanos feitos à sua imagem e semelhança.

No entanto, no diálogo platônico *O Sofista*, tal como Deleuze aponta, cria-se uma diferenciação entre a cópia, aquela que possui pretensões bem fundadas, semelhantes a seu modelo, e o simulacro, que carrega o falso pretendente que pressupõe uma dissimilaridade ou desvio de seus modelos. Isso pressupõe que 1- existe um não-ser, e 2- que esse não ser tem existência independente do mundo das ideias.

¹ DELEUZE, 2015. p 259.

Podemos então definir melhor o conjunto da motivação platônica: trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhança. Trata-se de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo, de impedi-los de subir à superfície e de se "insinuar" por toda parte. (DELEUZE, 2015. p 262).

Portanto, há distinção entre dois tipos de imagens (cópias/ícones e simulacros). A diferenciação entre eles não é dada apenas em grau (simulacro como a cópia da cópia), mas em natureza. O que a define cópia é a semelhança, que é medida não em relação ao exterior, mas a uma essência interna. Para ser considerada boa e verdadeira, a coisa deve corresponder a sua respectiva idéia, superior e espiritual. Já o simulacro não corresponde a essa definição, visto que se coloca de forma diferente à idéia e sua essência, a copiando apenas em forma estética. Sua natureza difere das cópias de tal maneira que sequer se pode compará-lo ao modelo, já que o que o funda é a diferença. "Se o simulacro tem ainda um modelo, trata-se de um outro modelo, um modelo do Outro de onde decorre uma dessemelhança interiorizada"².

O projeto platônico, segundo Deleuze, é o de valorização dos ícones, marginalização e censura do simulacro. Já sua herança na filosofia é o modelo de representação, sistema no qual a identidade das coisas é dado por uma relação intrínseca de semelhança com um modelo fundamental e não material. Esses pontos, além de outros, corroboram para a existência da imagem do pensamento dogmático.

Ao longo da História da Filosofia esse modelo recebe diversas contribuições e tentativas insuficientes de desconstrução. É nesse sentido que Deleuze diz que Nietzsche não apenas reverte o platonismo como o encerrala: Hegel e Kant apresentam uma recusa às essências e, no entanto, ainda pressupõem a existência do mundo das idéias (ainda que em Kant, por exemplo, este seja inacessível). Já Nietzsche detecta um valor moral a qual serve o princípio de seleção entre tais cópias, gerando uma crítica mais ampla e severa, que põe em questão a própria idéia de verdade e a pressuposta relação de amizade entre filósofo e conhecimento, que vê como natural a busca por ela.

Deleuze detecta na História da Filosofia uma interiorização da conexão pensamento-exterior-necessidade, de modo que pensar se torna um sinônimo de conhecer. Esse exterior se refere ao sujeito pensante, de forma que a verdade não se encontra nele, mas no objeto do qual ele pensa e conhece. Por isso, um pensamento correto é aquele que se aproxima ao máximo do seu objeto correspondente (verdade como correspondência), assim como o objeto é identificado e valorado de acordo com sua proximidade com um modelo essencial. A verdade, nesse sentido, aparece mais como algo que precisa ser lembrado, do que a ser descoberto³. Tais afirmações entram em consonância com o trabalho de Nietzsche.

² DELEUZE, 2015. p 263

³ ZOURABICHVILI, 2016 p. 41

Essa mesma imagem do pensamento pressupõe uma relação de afinidade entre o pensador e a verdade, de tal maneira que embora haja sempre a possibilidade da ilusão e do engano, do desvio do caminho da verdade, basta a decisão e o esforço de determinados métodos e cuidados (daí a importância da expulsão do simulacro) para vencer tais influências enganosas, atingindo assim a verdade.

Nietzsche é o responsável por colocar em questão essa afinidade pressuposta, e, tal como aponta Deleuze, 1- Demonstra a motivação do método seletivo do Platonismo e procede por desmontar sua falsa oposição, indicando que esta é construída sobre uma ficção (o mundo das ideias). Sua particularidade é que isso se faz de forma que impede a oposição entre verdade e mentira continuar (tudo se torna criação). 2- Além disso, toma para si o projeto de resgatar positivamente o que foi caluniado afirmando: a arte, o falso, e o corpo em sua potência.

POTÊNCIA DO FALSO E CRIAÇÃO

Como abordado anteriormente, Deleuze encontra em Nietzsche um projeto filosófico que não apenas inverte o platonismo, mas inviabiliza a oposição entre cópia e simulacro (Nietzsche utiliza o termo “aparência”). Além disso, é também dele que Deleuze retira o critério de diferenciação entre os simulacros. Se antes os dois tipos de imagens eram baseadas no seu grau de proximidade da essência, o novo critério já não pode se basear nisso, visto que foi demonstrado que o Mundo das Ideias é criado num pacto com o mito, sendo, portanto, uma base fictícia. O critério de diferenciação proposto por Nietzsche e utilizado por Deleuze é a da potência criativa. O que passa a valer como mais potente é justamente o que havia sido banido por Platão: Embora tudo seja ficção, a aparência que se afirma enquanto tal, que não tenta se passar enquanto uma verdade universal e fundada, tem um caráter mais elevado. Desse modo, ocorre uma inversão, visto que aquilo que Platão chama de simulacro aqui aparece enquanto mais potente do que a cópia, antes eleita como melhor e verdadeira.

É nesse sentido que as propostas tanto de Nietzsche quanto de Deleuze se aproximam da Arte. aqui, a criação aparece como algo mais abrangente do que a esfera estética tradicional, se estendendo por todas as áreas, inclusive a Ciência. Para ambos os filósofos, uma ideia é uma espécie de resposta instintiva aos desafios impostos pela vida.

O intelecto, como um meio do para a conservação do indivíduo, desdobra suas formas mestras no disfarce; pois este é o meio pelo qual os indivíduos mais fracos, menos robustos, se conservam, aqueles aos quais está vedado travar uma luta pela existência com chifres, ou presas aguçadas. No homem, essa arte do disfarce chega a seu ápice,(...) a tal ponto que a regra e a lei que quase nada é mais inconcebível do que como pôde aparecer entre os homens um honesto e puro impulso à verdade. Eles estão profundamente imersos em ilusões e imagens de sonho (...). (NIETZSCHE, 2014 p. 63).

Logo, a proposta de Nietzsche é a de que a razão, ao contrário de como é vista comumente (como o que nos diferencia e torna superior às outras espécies) trata-se de um disfarce, adquirido devido a fraqueza diante das outras espécies com fins de conservação. É com base nisso que Deleuze desenvolve sua tese de que uma idéia surge como resposta ao acontecimento, que força, de maneira violenta, o pensamento a inventar maneiras de dar ordem ao caos.

Há sempre a violência de um signo que nos força a procurar, que nos rouba a paz. A verdade não é descoberta por afinidade, nem com boa vontade, ela se trai por signos involuntários. (...) a verdade nunca é o produto de uma boa vontade prévia, mas o resultado de uma violência sobre o pensamento. (DELEUZE, 2003. p 14).

Segundo Deleuze, pensar e ter ideias, o próprio ato do conhecimento, é uma criação. São uma obra do acaso, no sentido de que são involuntárias e respondem às circunstâncias impostas em determinada situação, produto de uma experiência singular⁴. Essa concepção pressupõe, ao que privilegia a relação que a Arte tem com a criação, também amplia o que se tem por arte e aparência, tal como explica Nietzsche:

[...] Após essa grande, imensa tarefa da arte, o que se chama propriamente arte, a das obras de arte, não é mais que um apêndice: um homem que sente em si um excedente de tais forças embelezadoras, ocultadoras e reinterpretantes procurará, enfim, desafogar esse excedente em obras de arte; assim também fará, em circunstâncias especiais, todo um povo. — Mas agora iniciamos a arte geralmente pelo final, agarramo-nos à sua cauda e pensamos que a arte das obras de arte é o verdadeiro, que a partir dela a vida deve ser melhorada e transformada — tolos que somos! Se damos início à refeição pela sobremesa e saboreamos doce após doce, não surpreende que arruinemos o estômago e até mesmo o apetite para o bom, substancial, nutritivo alimento que nos oferece a arte! (NIETZSCHE, 2000 p. 61).

Nota-se, então, que a atribuição clássica da Arte, aquela que se ocupa de embelezar a vida com suas obras, é insuficiente, embora já apontem para uma sensibilização e evidência da questão da aparência/ simulacro. A Arte e a Aparência, para Nietzsche e Deleuze, são anteriores às obras. Tal aspecto artístico é aplicado na vivência na medida em que os modos de viver e seus valores devem ser inventados de forma experimental, valorizando a criação e não a moralidade (diferença entre avaliar e julgar).

O tratamento dado por Nietzsche ao conceito de aparência pode aparecer de duas formas, causando possíveis confusões. A primeira é exemplificada pelo seguinte trecho: “Abolimos o mundo verdadeiro: que mundo restou? o aparente, talvez?... Não! Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente!”⁵ Aqui, Nietzsche faz referência ao “mundo aparente” tal como é abordado na filosofia de Platão. Nesse sentido, há uma negação da oposição entre verdadeiro e aparência. Ambos deixam de existir pois passa a haver certa horizontalidade: tanto aquilo que se tinha por verdade, quanto o próprio simulacro se tratam de ficções. Nietzsche propõe um critério de avaliação de tais criações, onde as

⁴ NIETZSCHE, 2001 p. 132

⁵ NIETZSCHE, 2006, p 25.

mesmas passam a ser superiores, quando afirmando a si próprias enquanto inventadas, ao passo que as inferiores são aquelas que tentam se passar por verdade.

Há, entretanto, uma insistência tanto de Nietzsche quanto de Deleuze para com a utilização de termos como “potência do falso”, “culto ao não-verdadeiro”⁶ e de “aparência” que parecem reforçar tal oposição. Trata-se da segunda maneira de abordar a aparência: Isso se dá não por contradição, mas enquanto estratégia de identificação das formas mais potentes de criação, que foram justamente as censuradas ao longo da História da Filosofia. O objetivo é trazê-las para o primeiro plano, afirmando seu valor positivo e evidenciando o porquê de terem sido negadas. O mesmo vale para o pensamento - há o constante trabalho de afirmar a positividade do engano, do erro, da ilusão e das paixões desmascarando as pretensões daquilo que se passa por verdade racional e neutra.

CRENÇA E FUNDAMENTAÇÃO

Por sua ligação íntima com o desconhecido, o conceito de Deus é uma questão recorrente na História da Filosofia. Embora as aproximações sejam plurais, no Ocidente a perspectiva metafísica judaico cristã é tradicionalmente utilizada para explicar a existência e determinar aspectos morais a serem seguidos.

A partir do progressivo declínio da influência de instituições religiosas tradicionais no século XIX, assume-se uma perspectiva mais crítica aos aspectos religiosos e metafísicos presentes no conhecimento. No entanto, na Filosofia há uma extensa bibliografia, anterior a tal período, que critica o aspecto supersticioso da religião, ou seus dogmas. Em Spinoza, por exemplo, a superstição é uma rede de pré-conceitos organizada sistematicamente em uma visão completa sem fundamentos, originários de um único e primeiro.

Esses preconceitos estão conectados às nossas primeiras impressões que fazem parte de nossa natureza e do processo de conhecimento. Essas impressões são necessárias pois, sem elas, o tempo-resposta do ser humano seria demorado demais, visto que toda a ação ou afirmação só viria depois de diversos processos de consideração. Aqui, o preconceito e a superstição aparecem como um uso “passivo” da razão, tal como em Kant. Já em Gadamer, o prejulgamento é a antecipação não problematizada de um conceito, que é pronunciado sem exame completo e definitivo de todos os elementos objetivamente relevantes⁷. Em ambos os casos destaca-se o constante risco da ilusão ou do erro proveniente dessas impressões.

Existe, segundo esse raciocínio, um processo para que essas primeiras impressões se tornem preconceitos e superstições que se baseia em dois fatores principais: o medo e a transcendência. O desconhecido resguarda perigos iminentes, o que gera medo. No entanto também há a possibilidade de

⁶ NIETZSCHE, 2001 p. 132

⁷ GADAMER 1983. PP. 317-8.

que coisas boas aconteçam. A ideia de que existe algo acima de nós, incompreensível e responsável por comandar o destino, cumpre o papel de reduzir as incertezas próprias da vida, além de criar uma espécie de poder de barganha onde determinados comportamentos agradam a Deus, garantindo assim a sorte, ainda que também abra para a possibilidade de não agradar, gerando o infortúnio.

Tal aspecto de transcendência que tradicionalmente existe no conceito de Deus está presente em diversas instâncias que não só na religião. Como Deleuze e Nietzsche demonstram, não basta a exclusão de tal conceito como orientador da realidade humana: é necessária uma crítica mais profunda que abarque todos os aspectos do conhecimento, incluindo a própria ideia de verdade como correspondência. Se a essência deixa de ser parâmetro para o certo e errado, Nietzsche e Deleuze estabelecem a vida como critério de avaliação, onde o que decide seu valor é a afirmação ou negação do seu potencial criador.

Portanto, embora exista uma crítica em Deleuze e Nietzsche à diversos aspectos metafísicos da religião, a rejeição feita à ideia de preconceito e superstição tal como em Spinoza, Kant ou Gadamer, tende a perder seu efeito, já que utilizam o conceito de fundamentação ou de mau uso da razão, que por sua vez é baseado no modelo platônico. O romance *Deuses Americanos* (2001) de Neil Gaiman propõe uma visão sobre a temática que pode auxiliar a compreender melhor tais conceitos sob a perspectiva Deleuziana.

DEUSES COMO IDEIAS

Em *Deuses Americanos*, o personagem principal Shadow Moon, se vê obrigado a trabalhar para um misterioso senhor chamado Wednesday, que posteriormente se revela ser Odin, o deus nórdico. Juntos, eles viajam pelas estradas dos Estados Unidos, recrutando os antigos deuses para uma batalha contra os novos, tais como a “mídia”, o “garoto tecnológico” e o “Mr. world”, que representam: as plataformas comunicativas (TV, Internet), a as criações tecnológicas e a globalização.

A narrativa gira em torno da proposta de que deuses são ideias, mais difíceis de matar do que pessoas, porém, quando morrem, não deixam vestígio⁸. Em outras palavras, deuses são criações humanas, dependentes da crença dos mesmos para continuar existindo. Devido a tal premissa, os deuses, embora sejam figuras poderosas e que tem condições de interferir no dia-a-dia, são também colocados numa posição de passividade diante das mudanças da humanidade. Os “novos deuses” apresentam perigo aos antigos, vice e versa, pois a crença e adoração, na narrativa de *Deuses americanos*, não é necessariamente religiosa. Basta que uma ideia seja considerada importante para que se torne um deus.

⁸ GAIMAN, RUSSELL & HAMPTON, 2016 capítulo 3.

É nesse sentido que um dos personagens, o garoto tecnológico, indica que a luta entre os deuses novos e antigos é pelo “paradigma dominante”⁹ e que matá-los seria a consolidação de um novo modelo: tecnológico, midiático, globalizado, secularizado. Já em uma passagem no apêndice de comemoração de 10 anos traz uma cena de um encontro de Shadow e Jesus, cortada do livro. Nela, Jesus diz:

“Já pensou no que significa ser um deus? (...) Significa abrir mão de sua existência mortal e se transformar em um *meme*¹⁰: algo que vive para sempre na mente das pessoas, como uma melodia ou uma cantiga de ninar. Significa que todo mundo vai poder recriá-lo na própria cabeça. Você praticamente perde sua identidade. Em vez disso, torna-se mil aspectos do que as pessoas precisam que você seja. E todo mundo quer algo diferente. Nada é fixo, nada é estável” (GAIMAN, 2016, p. 557).

A série do *Amazon Prime* reafirma essa conexão entre as pessoas e a criação cultural: No episódio 8 da primeira temporada (“*Come to Jesus*”), Shadow e Wednesday encontram, *Eostre*, deusa da páscoa, numa festa que divide seu dia com Jesus para poder sobreviver. Nesse ambiente aparecem diversos homens de etnias diferentes, mas são todos Jesus - cada um respectivo a um povo que entrou em contato com a ideia de Jesus e a modificou. Embora essa cena seja exclusiva da série, no livro há uma outra com o mesmo significado: Shadow está na Islândia e encontra Odin, que fala sobre Wednesday: “Ele era eu, sim. Mas eu não sou ele”¹¹, diversos deuses que são e não são os mesmos, criados na tentativa de organizar diferentes acontecimentos.

Deuses Americanos fala, dentre muitas coisas, sobre essa criação e passagem de deuses que já existiam sobre um novo território, que tem diversas culturas e características cruzadas. É uma narrativa que demonstra esses deuses, criaturas que vivem da permanência, passando por situações adversas e com medo de não acompanharem as mudanças constantes, que suas soluções não explicassem mais o mundo¹². “É mudar ou morrer”¹³, como citado no livro. A série demonstra isso de maneira inovadora ao mostrar os deuses sendo obrigados a aceitar mudanças para continuar existindo.

Deleuze, em *O que é a Filosofia?*, considera que a criação de ideias é dividida entre conceitos, afectos, perceptos e funções. Tais campos são divididos, respectivamente, entre as áreas da filosofia, arte e ciência. Embora exista essa distinção, todas as três se referem a dimensões do pensamento independentes, sem que haja uma hierarquia entre as mesmas, mas sim uma complementaridade. Para Deleuze, é preciso que algo force o pensamento a criar ideias. Isso é feito através do encontro com algo exterior, que não dependa do pensamento, sendo proveniente do acaso. Tal encontro é marcado por uma violência que obriga o pensamento a agir com intuito de lidar com a situação de imprevisibilidade.

⁹ GAIMAN 2016 p. 67.

¹⁰ Meme é um termo criado em 1976 por Richard Dawkins no seu bestseller *O Gene Egoísta*. É considerado como uma unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro ou entre locais onde a informação é armazenada. O meme é considerado uma unidade de evolução cultural que pode de alguma forma autopropagar-se.

¹¹ GAIMAN 2016 p. 551.

¹² GAIMAN 2016 p. 506.

¹³ GAIMAN 2016 p. 424.

Portanto, o pensamento é relativo a um acontecimento, e dele é efeito, sendo sempre circunstancial; ele surge para dar consistência ao caos.

Assim como em Deleuze, em *Deuses Americanos*, os deuses são ideias que surgem da necessidade de lidar com o caos, dar a ele substância. A inserção de outras entidades, culturais e tecnológicas, em horizontalidade com esses deuses, põe em questão também o conceito de crença, que já apresenta modificações para o filósofo.

O problema mudaria se fosse outro plano de imanência. Não que aquele que crê que Deus não existe pudesse então ser vencedor, já que ele pertence ainda ao antigo plano como movimento negativo. Mas, sobre o novo plano, poderia acontecer que o problema dissesse respeito, agora, à existência daquele que crê no mundo, não propriamente na existência do mundo, mas em suas possibilidades em movimentos e em intensidades, para fazer nascer ainda novos modos de existência, mais próximos dos animais e dos rochedos. Pode ocorrer que acreditar neste mundo, nesta vida, se tenha tornado nossa tarefa mais difícil, ou a tarefa de um modo de existência por descobrir, hoje, sobre o nosso plano de imanência. É a conversação empirista (temos tantas razões de não crer no mundo dos homens, perdemos o mundo, pior que uma noiva, um filho ou um deus...). Sim, o problema mudou (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 91).

Deleuze, portanto, não é contrário à concepção de crença, além de reconhecer o problema de Deus enquanto válido em determinado momento da Filosofia. Sua preocupação é com a potência de vida que rege a colocação dos problemas que originam tais ideias. Acreditar na transcendência, no além-mundo não está vinculado a um erro de raciocínio como na imagem de pensamento dogmática, mas está conectado a uma negação da vida enquanto possibilidade criativa. Já a crença no mundo pode “religar o homem ao que ele vê e ao que ele ouve”¹⁴, em outras palavras, fazê-lo perceber seus sentidos não como aquilo que os leva ao erro, mas como ferramentas para a criação.

Nesse sentido, *Deuses Americanos* demonstra ser uma obra com diversos pontos de convergência com a filosofia deleuziana. Apresenta deuses como ideias criadas, submetidos a uma mudança inevitável, que aparece como inimiga e causa temor; eles afetam os homens e são afetados por eles numa relação que não parece ter começo nem fim. A própria obra, criação de Neil Gaiman, é uma afirmação criativa. Obviamente não se trata de um trabalho religioso, Gaiman não tenta dizer que é assim que se deve adorar os deuses, tão pouco esse trabalho é sobre uma forma de religião que seja consistente com a filosofia de Deleuze. Trata-se de um trabalho que aborda a questão de maneira criativa, demonstrando uma nova perspectiva sobre o que é adoração e como ela está presente não apenas em figuras divinas.

¹⁴ DELEUZE, 2018 p. 221- 223.

Mas, nesse caso, seria o caso de considerar algum tipo de ética, ou mesmo de pedagogia, de elemento ético-pedagógico presente nesse tipo de relação com deuses que nós mesmos criamos? Pois, afinal, somos nós mesmos os responsáveis por nossas virtudes (e, nesse caso, também pelas de nossos deuses...). Nessa relação especular, cuja principal vantagem é de torná-la absolutamente próxima – levamos nossos deuses e deusas em nós mesmos, é que tudo o que podemos aprender com a exemplaridade desses deuses que adoramos, aprendemos então de nós mesmos.

CONCLUSÕES

Demonstramos que a crítica construída por Nietzsche e Deleuze é mais profunda que a apresentada pelo movimento de secularização moderno, visto que seu interesse não é a simples substituição da autoridade de Deus e das Instituições religiosas no papel norteador da existência, mas sim o de exercer revisão crítica sobre o conhecimento como um todo, valorizando os aspectos criativos que anteriormente eram marginalizados. Ainda assim, a premissa de *Deuses Americanos* ilustra uma perspectiva inovadora no que tange a representação da ideia de divindade. Tal obra demonstra a tensão ambígua entre criadores e criação, já que embora a figura dos deuses seja poderosa e controle a vida humana, também dela depende, visto que é da crença que surge a sua força. Por fim, *Deuses Americanos* submete ambos ao acontecimento, ou seja, à força exterior que impele a criação e a mudança constante, tornando as soluções plurais e inconstantes.

Dessa forma, as ilustrações de *Deuses Americanos* acerca dos conceitos de crença e divindade, assim como na proposta de Deleuze e Nietzsche, apontam para a potência criativa humana, que inventa seus deuses e continua a os inventar. Tais ilustrações nos atentam para a natureza aberta da crítica Deleuziana, que não ataca diretamente temáticas como Deus e a crença, mas seu caráter formal. Deve-se perguntar a que problemas tais criações respondem e de que maneira respondem, lembrando-se sempre do critério de avaliação proposto, que é seu caráter de afirmação da vida e da continuidade da criação. Esta comparação defende uma possível reconciliação na exploração de temáticas como deus e a crença, desde que feitas de forma potencializadora, tal como em *Deuses Americanos*.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G; GUATTARI, F. O que é filosofia? Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010
- DELEUZE, G. Lógica do sentido. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- DELEUZE, G. Cinema 2: A Imagem-Tempo. Rio de Janeiro: Editora 34, 2018. trad. Eloisa Araújo Ribeiro.
- DELEUZE, Gilles (2003) Proust e os signos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado.
- FULLER, B; GREEN, M. (Temporada 1 e 2) American Gods. Produção: Bryan Fuller, Michael Green, Neil Gaiman, Craig Cegielski, Stefanie Berk e Thom Beers. Starz, 2017.
- Disponível em: <https://www.amazon.com/American-Gods/dp/B06XW7HSDP>
- GADAMER, H. G., Verdade e método, 1960, trad. it. Bompiani, Milão, 1983.
- GAIMAN, N; RUSSELL P. C; HAMPTON, S. Deuses Americanos: Sombras. Trad. Fernando Scheibe e Leonardo Alves. Rio de Janeiro, Intrínseca. 2016
- GAIMAN, N. Deuses americanos. Edição preferida do autor. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016
- GIUMBELLI, Emerson. Símbolos Religiosos em Controvérsias. 2014. TERCEIRO NOME, São Paulo:
- NIETZSCHE, F. Crepúsculo dos Ídolos. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2006. Trad: Paulo César Lima de Souza.
- NIETZSCHE, F. Gaia Ciência. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2001. Trad: Paulo César Lima de Souza.
- NIETZSCHE, F. Humano Demasiado Humano I. São Paulo: editora schwarez ltda, 2000. trad. Paulo César Lima de Souza.
- NIETZSCHE, F. Obras Incompletas. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014. Trad: Rubens Rodrigues Torres Filho.
- Spinoza, B. Ética. trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte, Editora Autêntica. 2013.
- ZOURABICHVILI, F. Deleuze: uma filosofia do acontecimento. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, editora 34. 2016.

*Recebido em: 30 de agosto de 2020.
Aprovado em: 10 outubro de 2020.*